



Aprovado
10-03-2022
António Gouveia

VOTO DE PROTESTO

PELAS DECLARAÇÕES DO SECRETÁRIO REGIONAL DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL QUE DESCREDIBILIZAM O PAPEL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO DOS AÇORES

Em outubro de 2020, na sequência das Eleições Regionais, o Parlamento dos Açores ganhou uma nova pluralidade, significativa da representatividade do Povo Açoriano das 9 ilhas do arquipélago, e ganhou uma renovada centralidade, após 24 anos de maiorias socialistas que relegaram o principal órgão do sistema político autonómico para um papel menor e secundarizado pela omnipresença e onnipotência dos sucessivos governos.

Essa renovada importância e centralidade foi, desde então, reconhecida e propalada, com eloquência, em todos os discursos, nomeadamente os do Sr. Presidente do Governo.

Em novembro de 2020, na sessão de tomada de posse do XIII Governo Regional dos Açores, nesta Assembleia, o Presidente do Governo salientou esta renovada centralidade político-parlamentar, dizendo que: *“Não se trata, pois, de um mero ato de grande simbolismo parlamentar, mas sim da expressão verdadeira e real da nossa democracia autonómica e do nosso sistema parlamentar”*.

Um mês após, em dezembro de 2020, no discurso de apresentação do Programa do XIII Governo, o Dr. José Manuel Bolieiro insistia: *“(…) o Governo dos Açores teve de emergir do parlamento dos Açores, devolvendo a este a centralidade do debate e da propositura política”*.

Não citarei todas as referências feitas ao renovado papel do Parlamento, nesta nova era da Autonomia político-administrativa, mas lembrarei ainda o que foi dito, já em janeiro deste ano, na Comunicação do Sr. Presidente do Governo a esta Assembleia: *“Aceitando a pluralidade democrática e reconhecendo a centralidade política deste parlamento (…) A centralidade política e decisória nos Açores está agora, como nunca esteve, no Parlamento”*.

Mais: *“a solução parlamentar que viabiliza este XIII Governo Regional é feita do pluralismo parlamentar, e diversificou, como nunca, as alternativas ao dispor da nossa Autonomia Política, enriquecendo a nossa Democracia. (…) O nosso método de governação será o correspondente à exigência democrática parlamentar deste novo quadro político”*.

Vêm estas citações a propósito de um sentimento de indignação de um determinado setor da sociedade açoriana relativamente a uma iniciativa legislativa aprovada, POR UNANIMIDADE, no passado mês de fevereiro, por esta Assembleia plural e central no quadro político-partidário vigente.

Germinado ainda na anterior Legislatura, o XIII Governo Regional decidiu dar continuidade ao processo de criação do regime jurídico necessário à criação do Instituto da Vinha e do Vinho nos Açores.

A proposta deu entrada no Parlamento, que fez o que tinha que fazer: ouviu os parceiros, apreciou as intenções do proponente e seguiu o pulsar da sociedade açoriana que, há muitos anos, se vem dizendo farta de assistir à nomeação dos chamados *"jobs for the boys"*, isto é, num processo de engrandecimento do aparelho administrativo regional por via de escolhas de personalidades ligadas aos aparelhos partidários ligados ao poder e de aumento de custos de funcionamento.

Neste sentido, na tentativa de disciplinar os abusos que o Povo tanto critica e aos quais, bastas vezes, os partidos da oposição se atiram (e muito bem, se não for para constar apenas de discurso populista), a Representação Parlamentar do Iniciativa Liberal, entre outras, propôs que os custos associados aos cargos de administração deste novo instituto público regional fossem reduzidos.

Ou queremos regras que potenciem a meritocracia, ou queremos mais tachos para os aparelhos partidários? Ou queremos mais gente na administração pública, ou queremos menos Estado e mais iniciativa privada? Ou queremos partidos políticos que sejam coerentes e assertivos, na aplicação prática dos seus discursos políticos, ou queremos apenas que os políticos falem muito e concretizem quase nada?

O Iniciativa Liberal é coerente. Entre outros compromissos, no acordo de incidência parlamentar que assinamos com o PSD/Açores, estão plasmadas duas visões claras de reforma administrativa. Uma prevê *"uma nova cultura política na relação da Região com as empresas do setor público empresarial regional"*. Outra determina *"uma racionalização dos serviços públicos da Administração Regional"*.

Ora, com base nesta coerência política, apresentámos as propostas de alteração que se impunham, perante uma intenção deste novo Governo Regional em continuar a perpetuar erros políticos do passado. Mais, as propostas de que falamos foram aprovadas por unanimidade.

Seguindo a mesma lógica, na tentativa de evitar que (à semelhança de más práticas anteriores) a Assembleia deixasse ao livre-arbítrio do Governo Regional a regulamentação da nova legislação, foi por proposta da Iniciativa Liberal que o Parlamento aprovou, também por unanimidade, a existência de um conselho consultivo que preste apoio especializado ao conselho diretivo do Instituto da Vinha do Vinho.

Julgamos, todos nós, nesta Assembleia, que estávamos a seguir o caminho certo. O Iniciativa Liberal continua a não ter dúvidas da mais-valia das propostas que apresentou.

No entanto, alguns representantes do setor vitivinícola indignaram-se contra aquilo que toda a vida criticaram nas governações, aduzindo argumentos que pecam pela incoerência e pela incongruência. Todavia, todos têm direito à sua opinião!

Pior é quando um alto representante da governação regional, com particulares responsabilidades sobre o setor em causa, na senda do velho dito popular de querer *"Ficar bem com Deus e com o Diabo"*, não se insurgiu, nesta Assembleia Legislativa, contra as propostas de alteração que foram apresentadas à iniciativa que aqui nos trouxe, aparentemente, dignificando e valorizando as

palavras do seu Presidente do Governo quanto à importância plural da renovada centralidade parlamentar, mas depois, publicamente, perante os contestatários e na comunicação social, acusa a Assembleia de quase ter desvirtuado a proposta de legislação.

Para tentar ficar bem com os indignados do setor, ir para a imprensa afirmar que:

“Se apresentámos uma proposta e a nossa proposta saiu diferente, o que posso dizer é que consideramos que a nossa proposta tinha razão de ser” ou que *“se a prática o exigir”*, o assunto pode regressar à Assembleia Legislativa, lamentando que *“a proposta que foi entregue pelo Governo à Assembleia Regional é diferente da proposta que saiu da Assembleia Regional”* e que *“todos vamos avaliar se este é o Instituto da Vinha e do Vinho que corresponde às necessidades da vitivinicultura e da promoção dos vinhos dos Açores”*, significa passar um atestado de incompetência a este Parlamento, dando a entender ao setor da vitivinicultura que os Deputados não sabem o que andam aqui a fazer.

Se o Governo Regional, em particular o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, tem algum problema com a centralidade do Parlamento e com os pressupostos inscritos nos acordos subscritos, que o assumam. Jamais atestem contra a competência desta Assembleia, essencialmente quando as decisões que ela toma são unânimes.

Alegar, ainda, que a proposta legislativa poderá ser subvertida em sede da sua regulamentação, querendo dar a entender aos indignados do setor que o Governo corrigirá as inconformidades supostamente impostas pelo Parlamento, é minorizar o papel desta Assembleia e descredibilizar as competências dos legisladores eleitos pelo Povo.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do Iniciativa Liberal propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Protesto pelas declarações do Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, desmerecendo e descredibilizando o papel dos Deputados Regionais e o trabalho deste Parlamento relativo à criação do Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores, lamentando que o titular da pasta da agricultura na Região tenha preferido fazer tábua rasa das palavras do seu Presidente do Governo quanto à importância da renovada centralidade desta Assembleia.

Horta, 9 de março de 2022

O Deputado Regional



Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa